



**Sertão I Solar Energia SPE S.A.**  
CNPJ 23.907.723/0001-74

**Relatório Anual da Administração da Sertão I Solar Energia S.A.**

Evolução do exercício: Durante o exercício de 2021, a atividade da companhia consistiu na exploração do parque solar fotovoltaico denominado "Sertão" no estado do Piauí. A companhia gerou, durante o ano de 2021, 71.889 GWh, cifra 1% inferior à obtida no exercício anterior. Ainda assim, o rendimento da planta fotovoltaica deve de ser qualificado como satisfatório, dado que o recurso solar mensurado em horas de irradiação foi 2,7% inferior ao exercício anterior. Inclui-se a planta solar figurou durante alguns meses do ano entre as 10 melhores plantas solares fotovoltaicas do Brasil em termos de fator de carga. Essa geração, unida a revisão da tarifa a que a companhia tem o direito segundo o acordo contratual de Energia Reserva, proporcionou a obtenção de uma

receita operacional líquida de R\$ 28.227 milhões, que representa um aumento de 6,5% com relação ao exercício anterior. O lucro operacional de R\$ 17.310 milhões de reais representa um aumento de 15,2% respeito ao obtido no exercício anterior. Em grande medida, essa melhora é devida a um bom comportamento geral dos gastos operacionais e a reestimação da vida útil das plantas fotovoltaicas de 25 anos a 30 anos. Essa reestimação foi adotada conjuntamente com os demais ativos fotovoltaicos do grupo empresarial internacional a que Sertão pertence e está em linha com a experiência acumulada pelo grupo e por muitas empresas do mesmo setor. Essa melhora operacional não foi transferida ao resultado líquido do exercício devido ao

impacto da alta taxa de inflação sobre o resultado financeiro. A administração da companhia não considera essa situação como um motivo de preocupação, já que suas receitas também são afetadas pela mesma variável. Nesse sentido, a agência de qualificadora de riscos Fitch Ratings confirmou em dezembro de 2021 o rating nacional AAA para a emissão de debêntures da companhia, a máxima qualificação a escala nacional. Em dezembro de 2021 foi aumentada a capacidade de evacuação contratada com a distribuidora, passando de 31 MW a 32,55 MW, o que permitirá aumentar a produção diminuindo a limitação que era sofrida em determinados períodos. A companhia não prevê mudanças significativas na evolução futura da empresa no próximo exercício.

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
Ativo	Notas	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.547	3.769
Contas a receber	5	4.662	4.378
Impostos a recuperar	10	169	361
Despesas antecipadas		720	564
Garantias e retenções contratuais debêntures	6	10.202	9.189
Outros ativos circulantes		5	4
Total do ativo circulante		<b>23.305</b>	<b>18.265</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado líquido	7	145.309	149.375
Total do ativo não circulante		<b>145.309</b>	<b>149.375</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>168.614</b>	<b>167.640</b>

Passivo			
Notas	2021	2020	
<b>Circulante</b>			
Debêntures	8	7.970	7.054
Fornecedores	9	387	503
Partes relacionadas	11	5	938
Impostos a recolher	10	595	477
Total do passivo circulante		<b>8.957</b>	<b>8.972</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	8	106.646	102.481
Provisão para desmontagem	7	2.296	-
Conta corrente com partes relacionadas	11	152	82
Total do passivo não circulante		<b>109.094</b>	<b>102.563</b>
Total do passivo		<b>118.051</b>	<b>111.535</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	57.453	57.453
Prejuízos acumulados		(6.890)	(1.348)
Total do patrimônio líquido		<b>50.563</b>	<b>56.105</b>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>168.614</b>	<b>167.640</b>

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)			
	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida		13	28.227
Custos dos Serviços		14	(9.086)
<b>Lucro bruto</b>		<b>19.141</b>	<b>17.172</b>
Despesas gerais e administrativas		15	(1.873)
Despesas tributárias		15	(110)
Outras despesas/receitas operacionais			152
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(1.831)</b>	<b>(2.142)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>17.310</b>	<b>15.030</b>
Despesas financeiras		16	(21.943)
Receitas financeiras		16	61
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(21.882)</b>	<b>(15.213)</b>
Prejuízo antes do IR e contribuição social			(6.890)
Imposto de renda e contribuição social		17	(970)
Prejuízo do exercício			(5.542)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação (em reais)			(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Sertão I Solar Energia SPE S.A., doravante denominada "Companhia" ou "Sertão", constituída no dia 05 de janeiro de 2016, e sediada inicialmente na Cidade do Rio de Janeiro, com filial instalada na cidade de João da Costa - PI, tem por atividade preponderante a geração de energia elétrica, o que inclui a prática dos seguintes atos: (a) Geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica denominado Sertão I, localizado no município de João Costa, Estado do Piauí, Brasil; e (b) Prestação de serviços de assessoria e consultoria para o desenvolvimento do projeto descrito no item acima. A Sertão I Solar Energia SPE S.A. recebeu autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica ("Flamita"), por meio da Portaria nº 74 de 8 de março de 2016, tendo vigência pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de sua publicação. A Companhia foi uma das vencedoras do leilão no 08/2015-ANEEL (1º LER/2015), destinada à contratação de energia elétrica de reserva, com um preço de venda fixado em R\$ 304,50/MWh. A autorização para o início da geração de energia elétrica ocorreu em 1º de agosto de 2017, conforme Portaria MME nº 69/2015. Atualmente, conforme Relatórios de Energia de Reserva, o preço de venda é de R\$ 408,09/MWh. Conforme estabelece o Contrato de Energia de Reserva ("CER"), a definição do novo preço do MWh ocorreu após a definição do IPCA de julho de 2021, já que o preço sofreu atualização anual, sempre em agosto. A energia elétrica negociada neste leilão é objeto de Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos. A Central Geradora Fotovoltaica possui 30.000 kW de capacidade instalada e 7.800 kW médios de garantia física de energia, constituída por trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW. **1.1. Impactos do COVID-19:** Com a declaração da Organização Mundial da Saúde ("OMS") classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil. Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras. A Companhia avaliou se a atual situação de restrições à atividade econômica causada pela pandemia da Covid-19 poderia ter um impacto direto sobre as operações e resultados financeiros de suas usinas fotovoltaicas. A Companhia tem como único negócio a geração e venda de energia elétrica. As vendas de energia elétrica são cobertas por um Contrato de Energia de Reserva (CER) assinado pela Companhia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Sob este contrato a Companhia tem a obrigação de vender uma determinada quantidade de energia por um período de 20 anos a partir de 1º de agosto de 2017, em troca a Companhia recebe um preço fixo estabelecido conforme contrato, o qual é atualizado anualmente de acordo com a inflação. Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, todavia, o fluxo de receita da Companhia em nenhum caso está contendo com condições gerais de mercado, nem para a demanda nem para o preço, desta forma as receitas da Companhia irão confiar apenas no desempenho técnico geral das plantas, a qual vêm atuando de acordo com as expectativas anteriores a pandemia. Não temos nenhum motivo para acreditar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica não honrará suas obrigações decorrentes do contrato de Energia de Reserva. No que se refere às atividades de O&M, que são totalmente subcontratadas com terceiros, temos acompanhado de perto que os fornecedores implementaram medidas adicionais a seus planos de saúde e segurança, de forma a garantir a continuidade de suas obrigações. Além disso, a relevância relativamente baixa das despesas de O&M sobre as receitas nos permite concluir qualquer desvio potencial sem impactos significativos sobre o EBITDA da Companhia. Como conclusão, e enquanto continuarmos observando ativamente a evolução da situação relacionada à Covid-19, não vemos qualquer razão para acreditar que ela possa ter um impacto material adverso sobre as operações ou resultados financeiros da Companhia.

**2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras em 28 de março de 2022. **2.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera em caixa e equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição e transformação. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida econômica útil dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

Bens	Vida útil (anos)
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	5
Benefícios em bens de terceiros	5
Central Solar	30

**2.4.1. Provisão de desmobilização:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **2.5 Política de Perdas Esperadas:** A companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida estimada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz da provisão baseia-se no percentual médio de perda histórica observado pela companhia e o a exposição ao risco de crédito médio. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 5. **2.6. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la. **2.7. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo ou financiamento. A Companhia capitalizou os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis a construção. A Companhia contabiliza em despesa os custos de empréstimo relativos a projetos de construção referentes ao período posterior ao início das operações. **2.8. Reconhecimento de receita:** A receita operacional será reconhecida quando (i) sejam identificados os contratos com o cliente, (ii) identifiquemos as obrigações de desempenho no repasse do controle do bem, (iii) exista determinação do preço da transação,

(iv) sejam alocados os preços das transações em função das obrigações de desempenho previamente definidas, (v) quando as obrigações de desempenho sejam satisfetivas com a transferência do bem. No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **a) Receita de geração de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. **b) Receita de juros:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **2.9. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas (NE 21). **2.10. Instrumentos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os ativos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e garantias e retenções contratuais de debêntures. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. No que se refere aos passivos financeiros, foram classificados como mensurados ao custo amortizado (fornecedores e partes relacionadas) ou ao VJR (debêntures). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **2.11. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.12. Sazonalidade das operações:** A Companhia não possui sazonalidade em suas operações. **2.13. Informações por segmento:** A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica, não possuindo outros segmentos de atuação. **2.14. Normas emitidas mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia. As normas analisadas pela Companhia foram: • CPC 50 - Contratos de seguro. • IAS 1 - Classificação de passivo como circulante e não circulante. • CPC 23/IAS 28 - Definição de estimativa contábil - CPC 32/IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Companhia requer que a administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: **Provisões e contingências:** A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, dependendo do respectivo resultado final. A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Atualmente a Companhia não possui contingências e as provisões registradas no decorrer do exercício de 2021, se referem temas de manutenção da central solar, aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

Caixa e bancos	2021	2020
Caixa e bancos	120	227
Aplicações financeiras	7.427	3.542
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.547</b>	<b>3.769</b>

**Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:** Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa referem-se a certificados de depósito bancário de curto prazo, que refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do balanço, é superior a 90 dias, que possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. A rentabilidade é de 20% do CDI.

Clientes	2021	2020
Clientes	2.146	25
Notas fiscais pendentes de emitir (*)	2.516	4.353
	<b>4.662</b>	<b>4.378</b>

(\*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido. Detalhe do prazo do contas a receber:

A vencer	2021	2020
A vencer	2.146	25
	<b>2.146</b>	<b>25</b>

Garantia - Juros debêntures	2021	2020
Garantia - Juros debêntures	8.745	7.876
Retenção - Juros debêntures	1.457	1.313
	<b>10.202</b>	<b>9.189</b>

**Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)**

	Notas	2021	2020
Prejuízo do exercício		(5.542)	(966)
Resultado abrangente total		<b>(5.542)</b>	<b>(966)</b>

**Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(4.572)</b>	<b>(183)</b>
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos tributos com o fluxo de caixa:		
Depreciação	6.321	6.878
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-	357
Juros sobre debentures	8.589	8.321
Atualização das debentures	11.939	5.142
Amortização custos de captação de debêntures	1.024	1.041
Despesa financeira com a provisão para desmontagem	96	-
	<b>23.397</b>	<b>21.556</b>
Contas a receber de clientes	(284)	(883)
Garantias e retenções contratuais	(1.013)	(358)
Outros ativos circulantes	35	(574)
Fornecedores	(980)	(179)
Impostos a recolher	118	795
Caixa líquido proveniente das operações	<b>21.274</b>	<b>20.357</b>
Juros Pagos Empréstimos com partes relacionadas	-	(381)
Juros Pagos Debêntures	(8.545)	(8.293)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(970)	(829)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<b>11.579</b>	<b>10.854</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no imobilizado	(55)	(727)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(55)</b>	<b>(727)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	1.000
Amortização de principal - partes relacionadas	-	(4.950)
Amortização de principal - Debêntures	(7.926)	(6.899)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<b>(7.926)</b>	<b>(10.849)</b>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa no exercício	<b>3.778</b>	<b>(722)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.769	4.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.547	3.769
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<b>3.778</b>	<b>(722)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O saldo de R\$ 10.202 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 9.189 em 2020) está composto por movimentações bancárias de duas contas de parte das garantias constituídas na emissão das debêntures. Parte dos recursos recebidos são transferidos para estas contas para suportar o próximo compromisso de amortização das debêntures. A conta "garantia" também deverá conter um saldo mínimo em garantia do pagamento da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida e eventual depósito de recursos necessários para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos. A conta denominada "retenção" foi constituída para acúmulo gradual mensal de 1/6 (um sexto) e pagamento semestral da próxima parcela de amortização do principal e dos encargos da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures.

**7. Imobilizado líquido:** a) Movimentações dos custos e depreciações do exercício de 2021

	Central Solar -	Desmon- ta- gem	Insta- ta- ções	Ve- ícu- los	Total
Saldo em 31/12/2020	149.293	-	22	60	149.375
Adições	55	2.200	-	-	2.255
Depreciação	(6.249)	(42)	(3)	(27)	(6.321)
Saldo em 31/12/2021	<b>143.099</b>	<b>2.158</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>145.309</b>
Custo	171.992	2.200	29	136	174.357
Depreciação total	(28.893)	(42)	(10)	(103)	(29.048)
Saldo em 31/12/2021	<b>143.099</b>	<b>2.158</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>145.309</b>
Vida útil em anos	30	30	10	3	

b) Movimentações dos custos e depreciações do exercício de 2020

	Central Solar -	Des- ta- ta- ções	Ins- ta- ções	Ve- ícu- los	em And- a- mento	Total
Saldo em 31/12/2019	155.335	-	25	87	79	155.526
Adições	164	-	-	-	563	727
Transferências	642	-	-	-	(642)	-
Dep						



Sobre o saldo atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa de 7,0916% ao ano, tomando-se por base 252 dias úteis. O contrato especifica as seguintes garantias, que deverão ser mantidas até o pagamento integral das debêntures: • Cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes do contrato com a CCEE, outros que venham a ser reconhecidos mediante contratos no ambiente de livre contratação ou ambiente regulado ou contratos de mútuo; outros direitos relativos à operações no mercado a curto prazo ou operações de teste; os relativos às contas centralizadas e reserva e finalmente os direitos emergentes das autorizações da ANEEL e MME; • Alienação fiduciária da totalidade das ações atuais e futuramente detidas; de emissão da Companhia, que venham a ser subscritas, integralizadas ou de outra forma adquiridas pelos acionistas e todos os direitos econômicos relativos às ações da Companhia alienadas; e • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto. Este contrato possui determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base no Índice financeiro abaixo: • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,2 (um vírgula dois); A Administração acompanha o cálculo desse índice mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento do mesmo. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

**Mapa de movimentação das debêntures**

	2021	2020
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>110.223</b>	<b>(8.293)</b>
Juros pagos	8.321	5.142
Juros sobre as debentures	5.142	(6.899)
Atualização monetária sobre as debentures	1.041	(8.545)
Pagamento principal	109.535	8.589
Amortização custos de captação das debêntures	(7.926)	11.939
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>114.616</b>	<b>(1.024)</b>
Juros pagos	11.939	8.589
Juros sobre as debentures	8.589	(11.939)
Atualização monetária sobre as debentures	1.024	(7.926)
Pagamento principal	114.616	11.939
Amortização custos de captação das debêntures	(8.589)	(8.589)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>114.616</b>	<b>(1.024)</b>

**9. Fornecedores**

	2021	2020
Fornecedores	215	183
Provisões	172	320
	<b>387</b>	<b>503</b>

O valor de contas a pagar a fornecedores não possui incidência de juros. O saldo de 2021 e 2020, relativo às provisões, se compõe de provisões para despesas com manutenção da central solar, aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

**10. Impostos a recuperar e a recolher**

	2021	2020
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	156	347
Outros impostos a recuperar	13	14
Impostos a recuperar	<b>169</b>	<b>361</b>
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
PIS/COFINS	215	238
ISS	2	2
IRPJ/CSLL	303	196
Retenções ISS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL	38	28
INSS Retido	37	13
	<b>595</b>	<b>477</b>

(a) O saldo está basicamente composto pela retenção aplicada no faturamento da penalização ao EPCista em função da entrega tardia da central solar. Minoritariamente se refere a IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira.

**11. Partes relacionadas:** Detalhe relativo aos saldos de contas a pagar e contas a receber com partes relacionadas:

	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receitas não circulantes	Despesas não circulantes	Custos pesados
Global Power Generation, S.A. (1)	-	-	152	-	-
<b>Vinculadas:</b>					
PV Hardware Solutions S.L. (2)	-	-	-	-	-
Gás Natural do Brasil S.A. (3)	2	5	-	-	(10)
Em 31 de dezembro de 2021	2	5	152	-	(212)
Em 31 de dezembro de 2020	-	938	82	32	(1.068)

(1) O saldo de refere à uma conta corrente entre empresas derivada de valores remanescentes da 4ª ampliação de capital. (2) Os custos de referem à manutenção da planta solar. (3) Valores relativos ao custo do supervisor da planta solar assumido diretamente pela Gás Natural do Brasil e retornado à Companhia. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes dos serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

**12. Patrimônio líquido:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 57.453 e está representado por 57.453.418 ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$ 1 real. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é resumida a seguir:

	Quantidade	de ações	%
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda.	8.618.013	15%	
Global Power Generation, S.A.	48.835.405	85%	
	<b>57.453.418</b>	<b>100%</b>	

**13. Receita Operacional Líquida**

A composição das receitas é a seguinte:

	2021	2020
Receita de venda de energia	29.296	27.508
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (*)	(1.069)	(1.004)
	<b>28.227</b>	<b>26.504</b>

(\*) ISS (2%), PIS (0,65%) e COFINS (3%).

**14. Custos dos serviços**

	2021	2020
Aluguéis de terrenos	(132)	(125)
Depreciação	(6.321)	(6.878)
Operação e manutenção	(1.298)	(1.209)
Acesso ao sistema de distribuição	(951)	(892)
Serviços corporativos	(218)	(130)
Provisão ressarcimento CCEE	-	(7)
Outros custos operacionais	(166)	(91)
	<b>(9.086)</b>	<b>(9.332)</b>

**15. Despesas gerais e administrativas**

	2021	2020
Impostos e taxas	(110)	(100)
Serviços de terceiros	(1.133)	(1.476)
Seguros	(733)	(561)
Outras	(7)	(5)
	<b>(1.983)</b>	<b>(2.142)</b>

**16. Resultado Financeiro**

	2021	2020
Imposto sobre operações financeiras	(66)	-
Despesas bancárias	(53)	-
Juros sobre empréstimos	-	(357)
Juros sobre debêntures	(8.589)	(8.321)
Custo amortizado debentures	(1.024)	(1.041)
Atualização monetárias das debentures	(11.939)	(5.142)
Despesa provisão desmontagem (*)	(96)	-
Outras despesas	(176)	(469)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(21.943)</b>	<b>(15.330)</b>
Receita de aplicações financeiras	51	29
Variação cambial	6	-
Outras	4	88
<b>Receitas financeiras</b>	<b>61</b>	<b>117</b>

(\*) Despesa financeira relativa à provisão para desmontagem da central solar registrada em setembro de 2021. Este valor se refere ao gasto financeiro do semestre, sendo R\$ 16 reais o valor mensal da despesa. A taxa de desconto utilizada é de 8,951% e o IPC projetado a valor futuro é de 4,58%.

**17. Imposto de Renda e Contribuição Social:** No quadro a seguir detalhamos a despesa de IRPJ e CSLL calculada pelo regime de Lucro Presumido:

	2021	2020
Receita de Venda de Energia	31.132	25.244
Receita de Prestação de Serviço	65	-
<b>Percentual de Presunção 8%</b>	<b>2.491</b>	<b>2.019</b>
<b>Percentual de Presunção 32%</b>	<b>21</b>	<b>-</b>
Receitas financeiras	82	63
<b>Base de Cálculo</b>	<b>2.594</b>	<b>2.082</b>
Imposto de Renda - 15%	390	316
Adicional - 10%	234	186

	2021	2020
<b>TOTAL Imposto de renda</b>	<b>624</b>	<b>502</b>
Receita de Venda de Energia	31.132	25.244
<b>Percentual de Presunção 12%</b>	<b>3.735</b>	<b>3.028</b>
<b>Percentual de Presunção 32%</b>	<b>21</b>	<b>-</b>
Receitas financeiras	82	63
<b>Base de Cálculo</b>	<b>3.838</b>	<b>3.091</b>
Contribuição Social - 9%	346	281
<b>TOTAL Contribuição Social - 9%</b>	<b>346</b>	<b>281</b>
<b>TOTAL Imposto de renda</b>	<b>624</b>	<b>502</b>
<b>TOTAL Contribuição social</b>	<b>346</b>	<b>281</b>

**18. Seguros:** A política da Empresa inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração. As premissas de riscos adotadas, dadas à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. Os limites máximos de indenização para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

	Limite R\$ (mil)	Franquia R\$ (mil)	Prêmio R\$ (mil)
<b>Cobertura</b>	<b>215.444</b>	<b>Cfme. Especificação</b>	<b>596</b>
Riscos de Operacionais			
Prazo 29/10/2021 a 29/10/2022			
<b>Cobertura</b>	<b>Limite R\$ (mil)</b>	<b>Franquia R\$ (mil)</b>	<b>Prêmio R\$ (mil)</b>
Seguro de veículo	1.120	121	11
Prazo 30/10/2021 a 30/10/2022			
<b>Cobertura</b>	<b>Limite R\$ (mil)</b>	<b>Franquia R\$ (mil)</b>	<b>Prêmio R\$ (mil)</b>
Responsabilidade Por Danos Ambientais em Instalações Comerciais ou Industriais	32.260	12.904	29
Prazo 30/10/2021 a 30/10/2022			

**Ativos financeiros não mensurados ao valor justo**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7.547	3.769
Contas a receber	4.662	4.378
Garantias e retenções contratuais debêntures	10.202	9.189
Partes Relacionadas	-	-
	<b>22.411</b>	<b>17.336</b>

**Passivos financeiros não mensurados ao valor justo**

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	387	503
Partes Relacionadas	157	1.020
	<b>544</b>	<b>1.523</b>

**Passivos financeiros mensurados ao valor justo**

	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures (Nível 1)	-	114.616
	<b>-</b>	<b>114.616</b>

**Gestão de riscos financeiros:** (a) Considerações gerais e políticas: A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. i. Gestão de risco de capital: A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. ii. Gestão de risco de mercado: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. iii. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. i. Risco de crédito com instituições financeiras: Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. iv. Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

**21. Eventos Subsequentes:** Com data de 10 de fevereiro de 2022, Naturgy Energy Group, S.A., em cumprimento à legislação espanhola, divulgou uma informação relevante à Comissão Nacional de Mercado de Valores da Espanha, na qual informa sobre a decisão do Conselho de lançar o denominado projeto Geminis, que criará dois grupos energéticos de capital aberto e com perfis de negócio claramente diferenciados. Ambos grupos terão a mesma estrutura acionarial atual. Um grupo aglutinará todos os negócios liberalizados que compreendem o desenvolvimento das energias renováveis, a carteira de clientes de energia e serviços associados, o parque de geração convencional que assegura a distribuição energética e a gestão dos mercados maioristas de energia, e o outro, aqueles negócios dedicados à gestão de infraestruturas reguladas de distribuição e transporte de energia. Este projeto consiste em uma profunda reorganização da Companhia e supõe um novo passo em seu processo de transformação.

**Diretoria**

**Andre Luis Fonseca Sergio**  
Diretor Presidente

**André Ricardo Dannemann**  
Contabilista responsável

Contabilista - CRC-1SP274400/O-5

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos administradores e acionistas da Sertão I Solar Energia SPE S.A.**

Rio de Janeiro - RJ  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sertão I Solar Energia SPE S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Sertão I Solar Energia SPE S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

**Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demons-

	Limite R\$ (mil)	Franquia R\$ (mil)	Prêmio R\$ (mil)
--	------------------	--------------------	------------------

**Cobertura**

Responsabilidade Civil de Operações **142.000** **Especificação** **1.221**

Prazo 29/10/2021 a 29/10/2022

**19. Contingências:** No final de fevereiro de 2019, a Companhia teve ciência de uma Execução Fiscal, ajuizada pelo Município de João da Costa - PI, com o objetivo de exigir suposto crédito tributário no valor de R\$ 1.159 (valor histórico em 17/12/2019), relativo à Taxa para o fornecimento de "Alvará de Licença para Construção", decorrente de recolhimento supostamente a menor, fruto de pretenso equívoco das Autoridades Fazendárias no ato de emissão da guia de recolhimento. Atualmente a Companhia está analisando a estratégia processual a ser adotada. Após a devida citação, em 11/03/2019, a Companhia responsável pelo EPC (Grupo Gransolar) realizou depósito judicial integral do crédito tributário discutido, de modo a possibilitar a oposição dos presentes Embargos à Execução Fiscal. Os embargos foram julgados procedentes, sob o fundamento de que o Município incorreu em erro de direito pela má interpretação do Código Tributário do Município de João da Costa/PI, uma vez que era de seu conhecimento a construção da usina solar. O Município interps Recurso de Apelação, objetivando a reforma da sentença, os quais foram devidamente respondidos pela Companhia. Em 04/08/2020, o Recurso do Município foi conhecido e teve provimento negado, ensejando a oposição de Embargos de Declaração pelo Município em 01/09/2020. Em 15/03/2021, foi proferido despacho intimando a Empresa para apresentar contrarrazões aos Embargos. Em 21/06/2021, a empresa apresentou contrarrazões aos Embargos de Declaração do Município. Os Embargos de Declaração haviam sido incluídos na pauta de julgamento dos dias 28/01/2022 a 04/02/2022, assim, em 27/01/2022, a Sertão apresentou memoriais de julgamento. Porém, o julgamento foi adiado em razão das férias do Desembargador Relator. Assim sendo, aguarda-se nova inclusão dos Embargos de Declaração em pauta. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor da contingência, classificada como "possível" pelos advogados, ascende à R\$ 2.140 (R\$ 1.655 em 2020). Não existem causas classificadas como "prováveis" pelos advogados.

**20. Instrumentos Financeiros**

	31/12/2021	Obrigatoriamente a VJR - outros	31/12/2020	Obrigatoriamente a VJR - outros
<b>Valor contábil financeiro a custo amortizado</b>				
Ativos/Passivos financeiros a custo amortizado	7.547	-	3.769	-
	4.662	-	4.378	-
	10.202	-	9.189	-
	-	-	-	-
	<b>22.411</b>	<b>-</b>	<b>17.336</b>	<b>-</b>
	387	-	503	-
	157	-	1.020	-
	<b>544</b>	<b>-</b>	<b>1.523</b>	<b>-</b>
	-	114.616	-	109.535
	<b>-</b>	<b>114.616</b>	<b>-</b>	<b>109.535</b>

trações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de março de 2021, sem modificação.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos